

1. Os assistentes sociais e a educação no estado de São Paulo

processo de construção da pesquisa

Eliana Bolorino Canteiro Martins

SciELO Books / SciELO Livros / SciELO Libros

MARTINS, EBC. *Educação e serviço social: elo para a construção da cidadania* [online]. São Paulo: Editora UNESP. 2012. Os assistentes sociais e a educação no estado de São Paulo: processo de construção da pesquisa. pp. 31- 49. ISBN 978-85-3930-243-7. Available from SciELO Books <<http://books.scielo.org>>.



All the contents of this chapter, except where otherwise noted, is licensed under a Creative Commons Attribution-Non Commercial-ShareAlike 3.0 Unported.

Todo o conteúdo deste capítulo, exceto quando houver ressalva, é publicado sob a licença Creative Commons Atribuição - Uso Não Comercial - Partilha nos Mesmos Termos 3.0 Não adaptada.

Todo el contenido de este capítulo, excepto donde se indique lo contrario, está bajo licencia de la licencia Creative Commons Reconocimiento-NoComercial-CompartirIgual 3.0 Unported.

1

OS ASSISTENTES SOCIAIS E A EDUCAÇÃO NO ESTADO DE SÃO PAULO: PROCESSO DE CONSTRUÇÃO DA PESQUISA

O processo de construção da pesquisa que deu origem a este livro ocorreu com base no entendimento de que conhecer e interpretar a realidade só é possível a partir do empirismo, extrapolando as evidências, o dado imediato, as expressões dos fatos e dos fenômenos, levando em conta as mediações¹ e compreendendo as relações que as engendram. Esse modo de conhecer encontra respaldo no modo de ser, de constituir-se e de movimentar-se do ser social. Optou-se pela pesquisa qualitativa, considerando-se que, a partir da descrição dos fenômenos, buscam-se “as causas da existência dele, procurando explicar sua origem, suas relações, suas mudanças e se esforça por intuir as consequências que terão para a vida humana” (Triviños, 1992, p.129).

A pesquisa sedimentou-se na teoria crítica, utilizando como referência teórica principal a teoria de Antonio Gramsci, pensador marxista cuja obra é perpassada por uma visão crítica e histórica dos processos sociais. Segundo Simionatto (2001, p.7), Gramsci:

1 Mediações: “são expressões históricas das relações que o homem edificou com a natureza e conseqüentemente das relações sociais daí decorrentes, nas várias formações sócio-históricas que a história registrou. A mediação funciona como condutos por onde fluem as relações entre as várias instâncias da realidade; são elas que possibilitam conceber-se a realidade como totalidade” (Pontes, 1995, p.78).

não toma o marxismo como doutrina abstrata, mas como método de análise concreta do real em suas diferentes determinações. Debruça-se sobre a realidade enquanto totalidade, desvenda suas contradições e reconhece que ela é constituída por mediações, processos e estruturas. Essa realidade é analisada pelo pensador a partir de uma multiplicidade de significados, evidenciando que o conjunto das relações constitutivas do ser social envolve antagonismos e contradições, apreendidos a partir de um ponto de vista crítico que leva em conta a historicidade do social, sendo este, segundo Gramsci, o único caminho fecundo na pesquisa científica.

No teor do pensamento gramsciano, especialmente sua contribuição em relação à educação e à cultura, encontram-se os elementos que permitem problematizar a prática profissional do assistente social na esfera da educação/cultura, especificamente na política de educação pública, que é a proposta primordial deste texto. Esse processo foi realizado em diversas etapas, dialeticamente interligadas, que estão descritas a seguir.

No primeiro momento de aproximação com o tema proposto foram observados três requisitos fundamentais: as produções teóricas sobre o exercício profissional, destacando-se, especialmente, os seguintes autores: José Paulo Netto, Marilda Vilela Iamamoto, Maria Carmelita Yasbek e Maria Lúcia Martinelli; as referências teóricas e os fundamentos jurídicos que hoje embasam a política de educação brasileira; o exame da literatura sobre os conhecimentos produzidos em relação ao serviço social na área da Educação.²

Em relação ao primeiro requisito, deve-se ressaltar que os autores supracitados posicionam-se historicamente no processo de constituição e desenvolvimento dos fundamentos históricos e teórico-metodológicos do serviço social numa perspectiva crítica com a qual este estudo compactua:

2 Foram analisados os trabalhos publicados nos diversos Congressos Brasileiros de Assistentes Sociais (Cbas); os artigos nas revistas Serviço Social e Sociedade; as teses, dissertações, do período entre 1940 até 2004, cadastrados nas primeiras escolas de Serviço Social (PUC/SP; PUC/RJ, PUC/PR e UFPE), além de artigos e livros produzidos nesse período, compilados na tese de doutorado denominada A trajetória sócio-histórica do Serviço Social no espaço escolar, defendida por Ilda Witiuk Lopes (2004) na pós-graduação em Serviço Social da PUC/SP.

As condições que peculiarizam o exercício profissional são uma concretização da dinâmica das relações sociais vigentes na sociedade em determinadas conjunturas históricas. Como as classes sociais fundamentais e suas personagens só existem em relação, pela mútua mediação entre elas, a atuação do assistente social é necessariamente polarizada pelos interesses de tais classes, tendendo a ser cooptada por aqueles que têm uma posição dominante.

O Serviço Social reproduz também, pela mesma atividade, interesses contrapostos que convivem em tensão. Responde tanto às demandas do capital como às do trabalho e só pode fortalecer um ou outro polo pela mediação de seu oposto. Participa tanto dos mecanismos de dominação e exploração como, ao mesmo tempo e pela mesma atividade, da resposta às necessidades de sobrevivência da classe trabalhadora e da reprodução do antagonismo nesses interesses sociais, reforçando as contradições que constituem o móvel básico da história. A partir dessa compreensão é que se pode estabelecer uma estratégia profissional e política para fortalecer as metas do capital ou do trabalho, mas não se pode excluí-la do contexto da prática profissional, visto que as classes só existem inter-relacionadas. É isto, inclusive, que viabiliza a possibilidade de o profissional colocar-se no horizonte dos interesses das classes trabalhadoras. (Iamamoto, 1982, p.75)

Com relação ao segundo requisito – produção teórica –, destaca-se também a pesquisa bibliográfica nas revistas *Serviço Social e Sociedade*, publicação que há mais de duas décadas de existência vem marcando o debate sobre a profissão e suas relações com a sociedade, sendo líder no campo da difusão do conhecimento de interesse do serviço social. Constatou-se que há apenas seis artigos que tratam de questões pertinentes à temática: serviço social e educação, no período entre 1979 e 2006, ou seja, desde o primeiro número da revista até 2005.

Confirmou-se que, apesar de haver produções com diversidade de abordagens referentes ao serviço social na área da Educação, os textos são esparsos e registrados especialmente em anais ou dissertações de mestrado que, infelizmente, não são publicados, socializados para a categoria profissional. Também não foi identificada nenhuma produção que reflita sobre o serviço social nos municípios paulistas.

Constatou-se, ainda, por meio deste estudo e do exame dos 45 projetos de lei existentes que visam a implantação do serviço social na política de educação pública brasileira, que apesar de existirem treze projetos de lei que se referem à rede oficial de ensino do estado de São Paulo, nenhum foi aprovado; portanto, não existe o serviço social instituído na educação pública do estado de São Paulo. Retratar o panorama geral da presença do serviço social na política de educação municipal paulista objetiva, também, socializar experiências nessa área e propiciar debates e ações coletivas que fortaleçam o posicionamento do serviço social nesse espaço sócio-ocupacional.

Ao analisar a política de educação brasileira, que corresponde ao terceiro requisito indicado, foram constatadas mudanças significativas que vêm ocorrendo nessa política, correspondendo às transformações societárias das últimas décadas, consubstanciando-se numa ampliação do espaço sócio-ocupacional do serviço social nessa área.

Os caminhos para atingir essa meta foram: conhecer as determinações históricas da implantação do serviço social na área da educação pública municipal no estado de São Paulo, dando visibilidade à prática profissional do assistente social nesse espaço sócio-ocupacional (interpretando as tendências existentes que expressam a totalidade social); analisar a política de educação brasileira, especificamente a educação básica, e identificar espaços sócio-ocupacionais para o serviço social interpretando as possibilidades de intervenção profissional, apontado considerações propositivas.

Ressalta-se que esse conhecimento vai além da aparência imediata, portanto,

[...] requer um espírito científico que apreenda os fatos, fenômenos, processos e práticas a partir da função que desempenham na estrutura, conjuntura e contextos histórico-sociais e na inter-relação entre universal/particular/singular, ou seja, do ponto de vista da totalidade. (Guerra, 1997, p.59)

Essa é a perspectiva teórico-metodológica adotada pela autora nos caminhos percorridos na realização deste estudo.

O segundo momento da pesquisa consistiu de um contato com o Conselho Regional de Serviço Social de São Paulo (Cress/SP) na tentativa de obter informações referentes aos profissionais que atuam na área da educação pública nos municípios paulistas, com vistas à sua viabilidade. Porém, constatou-se que não há essa informação. A diretoria do Cress/SP, mobilizada com a importância da inserção do serviço social na área da Educação, lançou no *Boletim Informativo do Cress/SP*, em setembro de 2003, um levantamento solicitando que os profissionais envolvidos nessa área informassem ao Cress/SP. Retornaram respostas positivas de onze municípios distribuídos nas Regiões Administrativas de Governo³ (RA), incluindo uma Região Metropolitana (RM):

- RM Campinas, que abrange os municípios de Cosmópolis, Limeira, Leme, Itatiba.
- RA Central que abrange Matão.
- RA Franca que abrange Franca.
- RA Presidente Prudente que abrange Dracena.
- RA Ribeirão Preto que abrange Serrana.
- RA São Paulo que abrange Mauá.
- RA São José dos Campos, que abrange São José dos Campos.
- RA Marília, que abrange Tupã.

3 Segundo informações do Instituto Geográfico e Cartográfico de São Paulo (IGC), as Regiões Administrativas do estado de São Paulo são 15, ou seja: São Paulo, Registro, Baixada Santista, São José dos Campos, Sorocaba, Campinas, Ribeirão Preto, Bauru, São José do Rio Preto, Araçatuba, Presidente Prudente, Marília, Central (Araraquara/São Carlos), Barretos e Franca. Essas regiões foram regulamentadas pelo Decreto-Lei n.26.581, de janeiro de 1987, que, compatibilizando as 42 Regiões de governo que existiam anteriormente com as Regiões Administrativas, visam identificar conjuntos de cidades com características semelhantes quanto a vocação, padrões de polarização, hierarquia funcional etc., traduzidos na legislação pertinente (Biblioteca Virtual do Estado de São Paulo, <biblioteca.virtual@sp.gov.br> correspondência de 15.6.2005). A sigla RM significa Região Metropolitana.

Em decorrência do fato de não haver informações mais consistentes sobre os assistentes sociais que atuam na área da Educação no estado de São Paulo, foi necessário realizar, no período de janeiro a junho de 2005, o levantamento preliminar nos 645 municípios do estado, por correspondência eletrônica via internet e contatos telefônicos, com o objetivo de identificar a existência do serviço social na política de educação pública municipal.

Do total de mensagens enviadas (645), apenas 165 municípios responderam a pesquisa, ou seja: 25,58%. Desses 165 municípios que responderam a pesquisa, 37 (22,42%) informaram haver assistentes sociais atuando no município na área da Educação Básica, especificamente na Educação Infantil, no Ensino Fundamental e na Educação Especial. Portanto, constatou-se que apenas em 5,73% dos municípios paulistas (645) o serviço social está inserido no âmbito da Política de Educação municipal. Segue a relação dos municípios de acordo com a Região Administrativa de Governo:

- RM São Paulo, que abrange Embu, Mauá, Osasco, Santo André, São Bernardo do Campo, Vargem Grande Paulista.
- RM Campinas, que abrange Cosmópolis, Hortolândia, Itatiba, Santa Bárbara do Oeste.
- RA Campinas, que abrange Leme, Limeira, Corumbataí.
- RA Central, que abrange Matão, Santa Rita do Passa Quatro, São Carlos.
- RA Franca, que abrange Franca, Batatais.
- RA Ribeirão Preto, que abrange Serrana.
- RA Sorocaba, que abrange Itu, Botucatu, Barão de Antonina, Laranjal Paulista, Ribeira, Salto.
- RA Marília, que abrange Garça, Assis, Tupã.
- RA São José dos Campos, que abrange São José dos Campos, Jacareí, Paraibuna, Lorena.
- RA Presidente Prudente, que abrange Presidente Prudente, Dracena.
- RA Bauru, que abrange Borebi.
- RA Barretos, que abrange Altair.
- RA São José do Rio Preto, que abrange Ipiranga.

Em seguida, no terceiro momento da pesquisa, foi enviado um questionário, por meio de correio eletrônico pela internet, para os 37 municípios, visando abordar os sujeitos da pesquisa, todos os assistentes sociais que atuam na área da Educação nos municípios do estado de São Paulo. O objetivo desse questionário foi a elaboração de um perfil dos assistentes sociais e da configuração do espaço sócio-ocupacional da profissão na área da Educação, além de delinear e mapear as atividades realizadas pelo serviço social na política de educação paulista, para a verificação de como se dá empiricamente sua prática profissional.

Dos 37 municípios que contam com a inserção do assistente social no âmbito da política de educação, 28 deles (75,67% do total dos municípios consultados) responderam ao questionário apontando a existência de 101 profissionais atuando nessa área. Desses 101 profissionais existentes, 55, portanto 54,45%, informaram quanto ao perfil profissional, conforme solicitação do referido questionário.

Segundo as informações do Cress/SP, em relação ao número de assistentes sociais inscritos no estado de São Paulo, totalizados em 32.233 até janeiro de 2005, os 101 assistentes sociais que atuam na política de educação paulista representam apenas 0,31% dos profissionais em serviço social.

Os 28 municípios e os 55 assistentes sociais que participaram da pesquisa estão delineados no quadro a seguir.

Quadro 1 – Municípios e assistentes sociais que participaram da pesquisa, por região administrativa de governo

Região administrativa de governo	Número de municípios	Municípios	Número de assistentes sociais	
			Existentes	Responderam
RM São Paulo	39	Embu	1	1
		Mauá	2	2
		Santo André	12	4
		São Bernardo do Campo	10	3
		Vargem Grande Paulista	2	1
RM Campinas	19	Cosmópolis	1	1
		Hortolândia	1	1
		Santa Bárbara do Oeste	1	1
RA Campinas	71	Leme	2	2
		Limeira	26	7
RA Central	26	Santa Rita do Passa Quatro	2	11
		São Carlos	1	1
RA Franca	23	Franca	10	3
		Batatais	1	1
RA Sorocaba	17	Itu	1	1
		Botucatu	2	1
		Barão de Antonina	1	1
		Laranjal Paulista	3	3
RA Marília	27	Garça	2	1
		Assis	2	1
		Tupã	3	1
RA São José dos Campos	39	São José dos Campos	4	4
		Jacarei	4	2
		Loana	1	1
RA Presidente Prudente	53	Presidente Prudente	7	7
		Dracena	1	1
RA Bauru	39	Borebi	1	1
RA São José do Rio Preto	81	Ipiguá	1	1

Fonte: Pesquisa realizada com os assistentes sociais que atuam na área da educação nos municípios paulistas, período 2005-2006.

Considerando o número de municípios que abrangem cada região administrativa de governo e o número de municípios que têm assistentes sociais atuando na área da Educação e participaram da pesquisa, foi possível observar, em termos proporcionais, as regiões administrativas que apresentam maior incidência da inserção do serviço social na área da Educação municipal, descritos em ordem crescente:

- RM Campinas: 21,05% dos municípios.
- RM São Paulo: 15,38%.
- RA Central: 11,53%.
- RA Marília: 11,12%.
- RA São José do Rio Preto: 10,25%.
- RA Franca: 7,69%.
- RA Sorocaba: 7,59%.
- RA Campinas: 5,63%.
- RA Barretos: 5,25%.
- RA São José dos Campos: 4,16%.
- RA Ribeirão Preto: 4,00%.
- RA Presidente Prudente: 3,77%.
- RA Bauru: 2,26%.
- RM Baixada Santista: 0.
- RA Araçatuba: 0.
- RA Registro: 0.

Diante da amplitude de municípios e da diversidade de regiões administrativas de governo onde esses estão distribuídos, considerou-se como universo da pesquisa o estado de São Paulo em sua totalidade, guardadas as devidas proporções regionais e municipais de cada realidade.

No quarto momento da pesquisa, foram realizadas entrevistas focais, estudando com maior profundidade uma amostra representativa dessa totalidade, no sentido de elucidar a realidade social concreta, com uma aproximação dos sujeitos pesquisados, dos assistentes sociais que atuam na política de educação, considerando as dificuldades para investigar todos os municípios inseridos na pesquisa. Essas entrevistas focais compreenderam o período de junho a julho de 2006, com três encontros, abrangendo seis sujeitos.

É importante esclarecer que grupo focal, segundo Minayo (2000), consiste de uma técnica de inegável importância para se tratar de questões sob o ângulo do social, porque se presta ao estudo de representações e relação dos diferenciados grupos de profissionais da área, dos vários processos de trabalho e também da população.

Um grupo focal é um conjunto de pessoas selecionadas e reunidas por pesquisadores para discutir e comentar um tema, que é objeto de pesquisa, a partir de sua experiência pessoal. (Powell; Single, 2005, p.449)⁴

A mesma conceituação se aplica à técnica de entrevista focal. A realização dessas entrevistas com os assistentes sociais foi um momento significativo da pesquisa, propiciando a interação entre pesquisados e pesquisador, expressando a importância do debate sobre a temática e rompendo o isolamento dos profissionais que atuam nessa área. Portanto, pondera-se que:

[...] a entrevista não é simplesmente um trabalho de coleta de dados, mas sempre uma situação de interação na qual as informações dadas pelos sujeitos podem ser profundamente afetadas pela natureza de suas relações com o entrevistador. (Minayo, 2000, p.114)

Na construção dos critérios utilizados para escolher os municípios, foram considerados elementos que, combinados entre si, demonstram ser representativos da totalidade, e são qualitativamente significativos, possibilitando a expressão da prática profissional desenvolvida nessa política, ampliando assim as informações para elucidar a realidade social concreta. Esses critérios estão elencados a seguir:

4 A escolha da utilização do grupo focal justifica-se pelo fato de esse instrumento permitir ao pesquisador obter boa quantidade de informações em um período curto de tempo, pois, “comparado à entrevista individual, ganha-se em relação à captação de processos e conteúdos cognitivos, emocionais, ideológicos, representacionais, mais coletivos, portanto, e menos idiossincráticos e individualizados. [...] o grupo focal ao propiciar a exposição ampla de ideias e perspectivas, permite trazer à tona respostas mais completas e possibilita também verificar a lógica ou as representações que conduzem à resposta” (Gatti, 2005, p.10).

a) *Tempo de implantação do serviço social na política de educação*: adotaram-se como referência os municípios em que a implantação do serviço social é mais antiga, que possibilita um acúmulo maior de experiência nessa área.

b) *Número de profissionais existentes na política de educação municipal*: foram estabelecidos como parâmetros os municípios com maior número de profissionais, que podem conferir legitimidade ao espaço sócio-ocupacional do serviço social na política de educação municipal.

c) *A abrangência dos níveis de ensino existentes no município*: optou-se por abarcar os municípios com maior diversidade de níveis de ensino, visando identificar as peculiaridades de cada nível para a atuação do assistente social.

d) *Organização da prática profissional do assistente social na instituição educacional*: esse critério identifica os municípios que apresentaram uma prática profissional planejada (programas, projetos) que podem conferir a ocupação mais consistente dos espaços sócio-ocupacionais existentes e maior autonomia e credibilidade para desenvolver sua ação.

Diante do exposto, para a realização das entrevistas focais, foram selecionados três municípios, pertencentes às três regiões de governo: Franca, município da Região Administrativa de Franca; Limeira, município pertencente à Região de Campinas; e Presidente Prudente, município da Região Administrativa de Presidente Prudente. Foram efetivados contatos telefônicos, para agendamento e realização das entrevistas focais com os assistentes sociais.

Convém ressaltar que houve a preocupação de identificar sujeitos – assistentes sociais – cuja magnitude da expressão naquele determinado contexto fosse significativa. Ou seja:

[...] com a concepção de sujeito coletivo, no sentido de que aquela pessoa que está sendo convidada para participar da pesquisa tem uma referência grupal, expressando de forma típica o conjunto de vivências de seu grupo. O importante não é o número de pessoas, mas o significado que esses sujeitos têm, em função do que estamos procurando com a pesquisa. (Martinelli, 1994, p.14)

O conteúdo a ser abordado nessas entrevistas focais foi construído mediante a análise do material empírico coletado nos questionários respondidos pelos profissionais na etapa anterior. Após essa análise, foi elaborado um roteiro de questões norteadoras a serem discutidas nas entrevistas focais destinadas a dois assistentes sociais de cada município, perfazendo um total de seis profissionais que participaram dessa fase da pesquisa.

As entrevistas focais tiveram como questões norteadoras os seguintes aspectos:

1. Processo jurídico de inserção do serviço social na secretaria de educação do município.
 - Existe lei que cria o cargo de assistente social na secretaria de educação?
 - Qual é a fonte de recursos financeiros para o pagamento do assistente social?

2. Conhecimento do assistente social em relação ao fundamento jurídico da política de educação do município.
 - Conhecimento sobre Lei de Diretrizes e Bases (LDB), Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA), Fundo de Manutenção e Desenvolvimento do Ensino Fundamental e de Valorização do Magistério (Fundef)/ Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica e de Valorização dos Profissionais da Educação (Fundeb), política de educação básica: Educação Infantil, Ensino Fundamental e Educação Especial.

3. Comente sobre a prática profissional do assistente social na política de educação do município.
 - Quais demandas são atendidas pelo serviço social?
 - O que vocês consideram prioridade no trabalho desenvolvido pelo assistente social na área da educação?
 - Quais são as particularidades do serviço social na educação?
 - O que é trabalho socioeducativo?
 - Vocês se consideram educadores?

O quinto momento constituiu-se da análise do material empírico levantado na pesquisa de campo, apoiada em referencial teórico e na organização dos resultados obtidos, que resultou no texto elaborado dialeticamente e exposto na construção dos capítulos deste estudo.

Salienta-se que “tornar os dados inteligíveis significa organizá-los de forma a propor uma explicação adequada àquilo que se quer investigar [...] daí ser importante o momento da análise dos dados, quando se tem a visão real dos resultados obtidos” (Moroz; Gianfaldoni, 2001, p.73).

A escolha da forma de apresentação das informações obtidas foi coerente com a perspectiva crítica de análise do real, estabelecendo uma relação dialética entre teoria e prática, relacionando os dados empíricos com a política de educação, tanto em sua regulação jurídica quanto em sua operacionalização institucional.

A seguir será descrito um breve panorama do estado de São Paulo, cenário da pesquisa, com destaque para algumas informações importantes que demarcam a particularidade de cada município que conta com a presença do assistente social na área da Educação.

O contexto e universo da pesquisa

O estado de São Paulo⁵ desenvolveu-se nos três setores da economia: primário, secundário e terciário, concentrando 40% da economia do país e conhecido como o estado mais desenvolvido do Brasil. Produz especialmente produtos de alta tecnologia, com um parque industrial de grande destaque, além de ser reconhecido como o maior polo de desenvolvimento da América Latina.

De acordo com o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE, 2000), no Brasil existem 5.507 municípios, dos quais 645 estão localizados no estado de São Paulo, perfazendo 11,7% dos municípios

5 As informações descritas a seguir foram obtidas pelo site oficial do governo do estado de São Paulo, que disponibiliza dados de diversas secretarias de governo e de órgãos oficiais de pesquisa: <www.saopaulo.sp.gov.br/invista/ciencia/index.htm> Acesso em: 15 jul. 2005.

brasileiros. Sua população é de aproximadamente 36 milhões de habitantes, dos quais 19 milhões concentram-se na Região Metropolitana. Reportando-se ao interior do estado, os municípios que o compõem respondem por 17% do Produto Interno Bruto (PIB) e 25% de toda produção industrial nacional, tendo uma infraestrutura que contribui para que o interior do estado seja atrativo para investimentos.

No estado de São Paulo há disparidade entre o grau de desenvolvimento dos municípios, conforme constata os dados estatísticos apontados pela Fundação Sistema Estadual de Análise de Dados (Seade, 2000), que desenvolveu o Índice Paulista de Vulnerabilidade Social (IPVS),⁶ com o objetivo de detectar os bolsões de pobreza nos municípios paulistas. O referido estudo constatou que 3,6 milhões de pessoas (10% da população do estado) vivem em área de alta concentração de pobreza. Esse total está dividido da seguinte forma: dois milhões de pessoas habitam a Região Metropolitana de São Paulo, e 1,6 milhão se concentra no interior do estado (IBGE, 2000).

Salienta-se que o conceito de vulnerabilidade social de pessoas, famílias ou comunidades é entendido como uma combinação de fatores que podem produzir deterioração de seu nível de bem estar, em consequência de sua exposição a determinados tipos de riscos. O indicador resultante consiste de uma combinação entre duas direções socioeconômica e demográfica, que classifica e gradua cada setor censitário em seis grupos. A dimensão socioeconômica compõe a renda apropriada pelas famílias e o poder de geração de renda por seus membros; já a demográfica está relacionada ao ciclo de vida familiar (São Paulo, 2011).

6 Índice Paulista de Vulnerabilidade Social (IPVS) permite identificar nos municípios do estado de São Paulo, particularmente naqueles de maior porte, áreas em que predominam famílias expostas a diferentes níveis de vulnerabilidade social. O IPVS baseou-se em dois pressupostos: as múltiplas dimensões da pobreza devem ser consideradas em um estudo sobre vulnerabilidade social; e a segregação espacial é um fenômeno presente nos centros urbanos paulistas e contribui decisivamente para a permanência dos padrões de desigualdade social que a caracteriza. Assim, buscou-se a criação de uma tipologia de situações de vulnerabilidade, agregando-se aos indicadores de renda outros referentes à escolaridade e ao ciclo de vida familiar. A metodologia completa pode ser encontrada em: <<http://www.seade.sp.gov.br/produtos/imp/index.php?page=varinfpop&var=1001>>

Na área educacional, o estado de São Paulo conta com uma das maiores redes públicas de educação do país, sendo responsável por 80% das matrículas estaduais no Ensino Fundamental e no Médio. Segundo a Secretaria da Educação Estadual, são aproximadamente 6,1 mil unidades escolares que oferecem Ensino Fundamental e Médio, Educação Especial, cursos de suplência e profissionalizantes (São Paulo, 2003). A rede de educação possui mais de 265 mil professores e aproximadamente seis milhões de alunos, mantendo 5.949 estabelecimentos de ensino.

Destaca-se, ainda, no Ensino Superior, a existência de 34 unidades de ensino universitário, sendo três universidades estaduais: Universidade de São Paulo (USP); Universidade Estadual de Campinas (Unicamp) e Universidade Estadual Paulista “Júlio de Mesquita Filho” (Unesp). Na área de ensino técnico, São Paulo conta com o Centro de Educação Tecnológica Paula Souza (Ceteps), vinculado à Secretaria da Ciência, Tecnologia e Desenvolvimento Econômico, que oferece cursos para o Ensino Médio, Superior, Técnico e Tecnológico, distribuídos em noventa municípios paulistas.

Considerando-se que a instância federativa onde os assistentes sociais, sujeitos da pesquisa, atuam é no município,⁷ vale lembrar quando se deu sua legitimação e destaque no âmbito social e político brasileiro.

Descentralização e autonomia dos municípios

Na década de 1980, no processo da Assembleia Nacional Constituinte, houve uma luta para a valorização do município como alicerce da democracia. Para tanto, por meio de um conjunto de propostas

7 “Do ponto de vista sociológico, é o agrupamento de pessoas de um mesmo território, com interesses comuns e afetividades recíprocas, reunidas para satisfação das necessidades e desempenho de atribuições coletivas – um grupo celular básico. Como ente político, é entidade estatal de terceiro grau na ordem política, com atribuições próprias e governo autônomo, ligado ao membro por laços constitucionais indestrutíveis. E, sob visão jurídica, é pessoa jurídica de direito público interno, com capacidade civil para exercer direitos e contrair obrigações. Os aspectos políticos e jurídicos são objeto de regramento constitucional e legal” (Jovchelovitch, 1998, p.35).

descentralizadoras, na Constituição Federal de 1988, o município foi transformado em ente federativo,⁸ ganhou autonomia plena nos âmbitos político, administrativo, legislativo e financeiro.⁹ O município foi o principal destinatário da descentralização de competências e atribuições em diversas áreas, entre elas a social e a educacional.

Contextualizando os municípios paulistas inseridos na pesquisa, foi possível identificar o porte desses municípios (número de habitantes) de acordo com informações obtidas por meio do último Censo Demográfico publicado pelo IBGE em 2000.

Para o estabelecimento de uma referência das condições socioeconômicas dos municípios, foram acopladas informações relativas à classificação desses municípios quanto ao Índice de Desenvolvimento Humano Municipal (IDHM),¹⁰ averiguadas por meio de dados da Fundação Seade, conforme Quadro 2.

8 “Ente Federativo: entidade estatal, político-administrativa, com personalidade jurídica, governo próprio e competência normativa” (Meirelles, 1993, p.116).

9 “A autonomia política significa não apenas ‘capacidade de autogoverno’, mas eleições diretas de prefeitos, vice-prefeitos e vereadores, como ‘auto-organização’, por meio da Lei Orgânica municipal própria. A autonomia administrativa implica na liberdade para organizar as atividades do governo local, criar o quadro de servidores municipais e criar ou suprimir distritos. A autonomia legislativa implica seja em capacidade de legislar sobre assuntos de interesse local, seja de complementar as legislações estadual e federal. Finalmente, a autonomia financeira se materializa na capacidade de criar e arrecadar os tributos próprios; elaborar, aprovar e executar o orçamento municipal e aplicar os recursos, levadas em conta algumas limitações constitucionais” (Neves, 2000, p.18-19).

10 IDHM: indicador que focaliza o município como unidade de análise, a partir das dimensões de longevidade, educação e renda, que participam com pesos iguais em sua determinação, segundo a fórmula: Índice de Longevidade + Índice de Educação + Índice de Renda dividido por: Longevidade. Sendo: Longevidade: esperança de vida ao nascer (número médio de anos que as pessoas viveriam a partir do nascimento); Educação: número médio de anos de estudo; Renda: renda familiar *per capita*. Para referência, segundo classificação Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento (Pnud), os valores distribuem-se em três categorias:

1) Baixo desenvolvimento humano: IDHM menor que 0,500.

2) Médio desenvolvimento humano: IDHM entre 0,500 e 0,800.

3) Alto desenvolvimento humano: IDHM superior a 0,800. (IBGE, Pnud, Ipea).

Dados disponíveis em <http://www.agemcamp.sp.gov.br/perfilrnc/popup_notas.php?var%5B%5D=11> Acesso em: 10 jun. 2006.

Quadro 2 – Distribuição dos municípios por número de habitantes

Habitantes	Municípios	Número Total	Porcentual
Até 10 mil	IDHM médio: Barão de Antonina; Garça; Borebi; Ipiranga. IDHM alto: Santa Rita do Passa Quatro	5	17,85%
de 10 mil a 100 mil	IDHM médio: Cosmópolis; Leme; Laranjal Paulista; Tupã e Dracena. IDHM alto: Vargem Grande Paulista; Santa Bárbara do Oeste; Batatais; Botucatu; Assis; Lorena.	11	39,28%
mais de 100 mil habitantes	IDHM médio: Embu; Mauá; Hortolândia. IDHM alto: Santo André; São Bernardo do Campo; Limeira; São Carlos; Franca; Itu; Jacareí; Presidente Prudente; S. J. Campos	12	42,85%

Fonte: Pesquisa realizada com assistentes sociais que atuam na área da Educação nos municípios paulistas, período 2005-2006.

Pode-se observar que 57,15% dos municípios pesquisados apresentam o IDH alto, corresponde à classificação auferida pelo estado de São Paulo, ou seja, 0,814. Os demais, 42,85%, enquadram-se na categoria de IDH médio. Constatou-se, ainda, que a contratação de assistentes

sociais na área da Educação paulista concentra-se no conjunto de municípios com maior número de habitantes, seja de mais de 100 mil habitantes (42,85% dos municípios) ou de 10 mil a 100 mil habitantes (39,28% do total dos municípios pesquisados). Essas informações permitem inferir que as questões socioeconômicas presentes nessa realidade são mais complexas, e as expressões da questão social mais presentes, incidindo na área da Educação.

Ainda de acordo com as informações do IBGE (2000), considerou-se importante destacar a taxa de analfabetismo da população de 15 anos e mais¹¹ dos municípios envolvidos na pesquisa, tomando como referência o índice de analfabetismo do estado de São Paulo, que é de 6,64%. Os dados apontaram as seguintes informações:

- 57,15% dos municípios pesquisados estão acima desse indicativo: Barão de Antonina, Batatais, Borebi, Dracena, Embu, Hortolândia, Ipiranga, Itu, Laranjal Paulista, Leme, Santa Rita do Passa Quatro, Tupã, Vargem Grande Paulista, Garça, Cosmópolis, Assis;
- 17,85% encontram-se na mesma média estadual, conforme descritos: Jacareí, Limeira, Mauá, Presidente Prudente, Santa Bárbara do Oeste;
- 25% estão abaixo do índice estadual, sendo eles: Franca, Lorena, Santo André, São José dos Campos, Botucatu, São Carlos, São Bernardo do Campo.

Apesar de a educação ser considerada direito de todos e prioridade nacional, verifica-se nessa amostragem que 57,15% dos municípios do estado de São Paulo, um significativo número de municípios participantes desta pesquisa, apresentam uma taxa de analfabetismo populacional superior ao índice alcançado pelo estado. Essa situação demonstra que a educação constitui uma das expressões da questão social exatamente:

11 Taxa de analfabetismo da população de 15 anos e mais: consideram-se como analfabetas as pessoas maiores de 15 anos que declararam não serem capazes de ler e escrever um bilhete simples ou que apenas assinam o próprio nome, incluindo as que aprenderam a ler e escrever, mas esqueceram (Fundação Seade e Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística – IBGE, Censo Demográfico de 2000).

[...] por encerrar um processo de politização em torno do reconhecimento e do atendimento de certas necessidades que deixaram de pertencer exclusivamente à esfera da reprodução privada e ingressaram nas agendas da esfera pública. A política de educação pode ser concebida também como expressão da própria Questão Social na medida em que representa o resultado das lutas sociais travadas pelo reconhecimento da educação pública como direito social. (Almeida, 2005, p.10)

Após ter explicitado o cenário em que a pesquisa ocorreu, faz-se necessário identificar os agentes que atuam nessa política social, elaborando um perfil profissional dos assistentes sociais, considerando que esses são sujeitos históricos que participam da construção da identidade profissional do serviço social nessa área.